

APRESENTAÇÃO — DOSSIÊ: FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO CONTEXTO NEOLIBERAL: INCLUSÃO ESCOLAR, EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DIVERSIDADE

INTRODUCTION — DOSSIER: TEACHER TRAINING IN THE NEOLIBERAL CONTEXT: SCHOOL INCLUSION, INCLUSIVE EDUCATION AND DIVERSITY

Jacqueline de Oliveira Veiga Iglesias¹

 <https://orcid.org/0000-0003-3476-8109>

 <http://lattes.cnpq.br/3100475653423566>

Yara Fonseca de Oliveira e Silva²

 <https://orcid.org/0000-0001-5725-478X>

 <http://lattes.cnpq.br/1269420694190937>

Carlos Eduardo Candido Pereira³

 <https://orcid.org/0000-0002-9871-0160>

 <http://lattes.cnpq.br/7698913311024550>

 <https://doi.org/10.46401/arec.2025.v17.24260>

1 Mestre e doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Goiás (UEG) e em Pedagogia pela Faculdade Alfa América. Docente do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Goiás (UEG) - Câmpus Sudoeste – Sede: Quirinópolis. Membro do Grupo de Pesquisa Políticas Educacionais e Formação de Professores (GPEFORP/CNPq/UEG/GO). E-mail: jacqueline.iglesias@ueg.br

2 Mestre em Educação pela Universidade Federal de Goiás (UEG). Doutora em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Graduada em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO). Professora titular da Universidade Estadual de Goiás no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias (UEG/PPG-IELT). Líder do Grupo de Pesquisa Políticas Educacionais e Formação de Professores (GPEFORP/CNPq/UEG/GO). E-mail: yara.silva@ueg.br

3 Mestre e doutor em Educação Escolar pela Faculdade de Filosofia e Letras de Araraquara da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (FCLAr/Unesp). Graduado em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). Professor Formador da Secretaria Municipal da Educação de Fortaleza. Membro do Grupo de Pesquisa Políticas Educacionais e Formação de Professores (GPEFORP/CNPq/UEG/GO). E-mail: candidounesp@gmail.com

A formação do professor, no contexto das políticas neoliberais, tem sido objeto de discussões na maioria dos países neste século XXI. No Brasil, a discussão tem se ampliado ao considerar o professor como um sujeito otimizador do mercado de trabalho, no qual a educação pública se configura como uma mercadoria sujeita à privatização. Tal tendência está explícita na intenção do governo federal de diminuir os investimentos nas instituições públicas e ampliá-los nas privadas.

No que se refere à formação especializada do professor, a educação inclusiva tem se revelado como um desafio. A carência de recursos e de apoio das instâncias governamentais tem impelido o próprio educador a buscar, de forma autônoma, os meios para sua formação continuada. Essa realidade reflete e, ao mesmo tempo, reforça a lógica neoliberal, na qual a responsabilidade pela qualificação profissional é transferida do Estado para o indivíduo.

Não por outro motivo, as instituições privadas vêm se capitalizando significativamente com a crescente demanda por cursos e formações, apesar de grande parte das ofertas que disponibilizam se restringir a uma abordagem pragmática, focada na mera reprodução de práticas pedagógicas, negligenciando a necessária e aprofundada base teórica que sustenta a educação inclusiva. Tal lacuna compromete a formação integral do professor, transformando a prática pedagógica em um mero conjunto de técnicas desprovidas de reflexão crítica e de um embasamento conceitual sólido.

Nesse contexto, instaura-se uma divergência entre a legislação e a realidade escolar, uma vez que, apesar de os marcos legais legitimarem o direito à educação inclusiva, sua implementação enfrenta diversos desafios, o que evidencia uma exclusão velada e que exige denúncias e ações concretas de ruptura. Consequentemente, fortalecer a discussão sobre a formação do professor surge como um requisito essencial para garantir a criação de uma proposta de práticas pedagógicas adequadas e alinhadas às demandas contemporâneas de inclusão escolar.

Este dossiê reúne, portanto, estudos que analisam criticamente os impactos do neoliberalismo nas políticas públicas educacionais e sua repercussão na formação docente, nas condições de trabalho e nas práticas pedagógicas voltadas à inclusão. Os artigos abordam diferentes dimensões da temática e estão organizados em cinco eixos: Políticas Educacionais e Neoliberalismo; Formação Docente e Saberes Interdisciplinares; Educação Inclusiva e Precarização do

Trabalho; Governamentalidade, Normalização e Subjetividades; e Formação Docente na Educação Especial.

No que tange ao eixo Políticas Educacionais e Neoliberalismo, o artigo “Educação brasileira em tempos de neoliberalismo: entre discurso de melhoria e realidades excludentes”, de Gilson Xavier de Azevedo, Jacqueline de Oliveira Veiga Iglesias, Joana Correa Goulart e Eloane Aparecida Rodrigues Carvalho, reflete sobre as principais questões hodiernas que envolvem a educação brasileira, com ênfase na primeira década do século XXI. O texto destaca a relação entre a educação e o desenvolvimento econômico, as políticas públicas e econômicas que a afetam e a efetividade das ações governamentais para a transformação social.

Nos meios de comunicação, é comum observar a divulgação de índices educacionais positivos, sobretudo, em épocas de campanhas eleitorais. Os autores do artigo questionam, que se a educação oferecida ao brasileiro de fato melhorou, por que isso não é tão visível nos diversos setores da economia nacional? A busca pela resposta a essa questão que se levanta conduzirá o leitor aos pontos elementares desta discussão, perpassando análises de fatos do cotidiano realizadas no período de 2001 e 2008, bem como em artigos que tratam da educação e políticas públicas em tempos neoliberais.

Neste texto, constata-se que, sob a influência da globalização e do neoliberalismo, as políticas educacionais brasileiras estão imersas em discursos de melhoria que, todavia, estão entrelaçados com a permanência de problemas, tais como a falta de recursos, a privatização da educação, o clientelismo e a exclusão social. É urgente, portanto, aprofundar os questionamentos sobre as políticas educacionais à luz da complexidade da sociedade brasileira e dos impactos da globalização, para que a educação possa efetivamente promover inclusão e atuar como agente de emancipação social.

Em referência ao eixo Formação Docente e Saberes Interdisciplinares, o estudo “Educação, neurociência e linguagem: um tripé fundamental para a formação de professores alfabetizadores”, de Kênia Bomtempo, Márcia Friedrich e Sangelita Miranda Franco Mariano, aborda a relevância da capacitação do professor alfabetizador para reconhecer problemas de aprendizagem e enfatiza a função da neurociência no entendimento dos transtornos de aprendizagem como a dislexia. Trata-se de uma revisão de literatura na qual as autoras deste artigo, destacam a importância de o professor compreender as particularidades

das disfunções e distingui-las das dificuldades de aprendizagem, planejando intervenções apropriadas. Também é ressaltada a relevância do envolvimento da família nesse processo.

No eixo Educação Inclusiva e Precarização do Trabalho, destaca-se o artigo “Educação Inclusiva em Tempos de Precarização: análise das Políticas de Contratação de Profissionais de Apoio na Região Metropolitana de Goiânia”, de Jacqueline de Oliveira Veiga Iglesias, Yara Fonseca de Oliveira e Silva, Carlos Eduardo Candido Pereira, Edna Maria de Jesus, Maria José do Nascimento e Sonilda Aparecida de Fátima Santos. Nele, é analisado o impacto do neoliberalismo na educação pública em Goiás, com foco na inclusão de estudantes com deficiência.

O estudo destaca os desafios enfrentados pelas instituições, tais como a inadequação da formação de profissionais e a precarização do trabalho educacional, sob a ótica de que é a lógica neoliberal que reduz investimentos, dificultando a qualificação docente e a implementação de práticas inclusivas. A análise de editais revela que são mínimas as exigências para o exercício de funções essenciais, o que reforça a prática de um modelo assistencialista, enquanto divergências entre diretrizes pedagógicas e práticas administrativas evidenciam fragilidades na gestão pública. O estudo aponta a necessidade de políticas que fortaleçam a qualificação e os investimentos na educação inclusiva.

O eixo Governamentalidade, Normalização e Subjetividades tem como diretriz a obra “Governamentalidade e educação inclusiva em tempos neoliberais”, de Thelma Bergamo e Laís Alice Oliveira Santos. Com o avanço do neoliberalismo, a educação tem se configurado como um espaço privilegiado para a efetivação da inclusão por meio de políticas, discursos, estratégias e tecnologias de saber-poder. Nesse contexto, o Estado governamentalizado assume especial interesse entre a população, ao elaborar e fazer circular práticas que moldam formas de vida orientadas para a competitividade, a eficiência e a autorresponsabilização. As reformas neoliberais instituem normas que posicionam os sujeitos em redes de saberes e espaços mercadológicos, convertendo-os em capital humano normalizado e adaptado às demandas do sistema econômico.

O artigo das professoras Bergamo e Santos presente neste dossiê, tem como objetivo problematizar a educação inclusiva como recurso estratégico de normalização e produção de subjetividades úteis ao mercado, articulando-a aos conceitos de governamentalidade e biopolítica. Trata-se de um estudo exploratório, de caráter bibliográfico, desenvolvido por meio da análise qualitativa

de obras de referência e produções acadêmicas de Michel Foucault e de outros autores que discutem a interface entre neoliberalismo e educação inclusiva. Os resultados indicam que, embora amparada por marcos legais, a inclusão escolar é fragilizada por racionalidades neoliberais que reduzem seu potencial emancipatório e reforçam processos de in/exclusão, exigindo uma abordagem crítica capaz de tensionar discursos hegemônicos e fomentar práticas pedagógicas que valorizem as diferenças como potência transformadora.

Por fim, no eixo Formação Docente na Educação Especial foi analisado o ensaio “Prática pedagógica e inclusão escolar no Brasil: breve análise sobre a formação docente na educação especial”, de Jackeline Miranda de Barros e Yara Fonseca de Oliveira e Silva, que faz uma análise crítica da intrínseca relação entre a formação docente e a prática pedagógica. O estudo apresenta a evolução histórica da formação de professores para a educação especial no Brasil, desde a fase segregacionista e compensatória até a transição para o paradigma inclusivo atual.

A análise das autoras do ensaio associa marcos legislativos importantes, tais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, 1996), a Resolução CNE n.º 02/2001, esta resolução determina que as escolas regulares precisam se organizar para atender os alunos da inclusão, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI, 2008) e os impactos que causam na qualificação e nos papéis dos professores “capacitados” e “especializados”. A ambiguidade persistente nas trajetórias formativas e a emergência do professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE) são exploradas, evidenciando desafios para a garantia de uma preparação docente abrangente. O texto conclui enfatizando a necessidade crucial de uma política de formação docente coesa e contínua, que sustente práticas pedagógicas inclusivas, supere as dualidades históricas e assegure que todos os estudantes com NEE – Necessidades Educacionais Especializadas dentre os quais, aqueles com deficiência – recebam educação de qualidade no sistema comum de ensino.

A análise dos cinco eixos propostos neste dossiê sobre a formação do professor no contexto do neoliberalismo revela uma interconexão profunda e multifacetada entre eles. Embora abordem diferentes facetas, todos convergem para uma crítica central: a submissão da educação e da formação docente, em particular, a uma lógica de mercado que precariza o trabalho e despolitiza a prática pedagógica.

A relação entre políticas educacionais e neoliberalismo estabelece o cenário macro. As reformas educacionais, sob o manto de eficiência e qualidade, frequentemente promovem a privatização de serviços, a redução do financiamento público e a responsabilização individual do profissional. Essa lógica neoliberal não apenas molda, como também distorce a formação docente e os saberes interdisciplinares. Em vez de uma formação sólida e crítica, pautada no diálogo entre diferentes campos do conhecimento, o que se observa é a valorização de uma formação técnica, fragmentada e orientada para a “prática pela prática”, ignorando a complexidade do contexto educativo.

Ao reunir vozes comprometidas com a transformação educacional, este dossiê propõe uma reflexão profunda sobre os caminhos possíveis para a implementação de uma educação pública de qualidade, pautada na equidade, na justiça social e na valorização da diversidade. Os artigos aqui apresentados não apenas denunciam os efeitos da mercantilização da educação, como também apontam estratégias de resistência e fortalecimento da formação continuada como instrumento de emancipação.

O leitor deste dossiê é, portanto, convidado a mergulhar nestas análises e a participar do debate sobre os rumos da formação docente em tempos de neoliberalismo — com olhar crítico, sensível e comprometido com a inclusão educacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB n. 2, de 11 de setembro de 2001.** Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 set. 2001. Seção 1, p. 39.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, DF: MEC/SEE, 2008.